

“EUROPE IS NOT A COUNTRY”: DA EUROPA ÀS “EUROPAS” NOS ESTUDOS LITERÁRIOS

“EUROPE IS NOT A COUNTRY”: FROM EUROPE
TO EUROPES IN LITERARY STUDIES

Marco Bucaioni¹

¹ Investigador no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Resumo: “Africa is not a country” é um famoso slogan que se opõe à redução de África a uma narração demasiado simplista. Partindo do conceito de orientalismo e da homónima obra de Said, apelaremos a instâncias que tendem a achatar a Europa numa percepção quase única do legado colonial. Pretendemos refletir sobre as fronteiras da “linha abissal”, mostrando como o discurso de Chakrabarty sobre a provincialização da Europa não se poderá cumprir até abandonarmos a visão monolítica e não repensarmos a Europa como “europas”, minúscula e plural, para abarcar as declinações do possível europeu e retirar os privilégios epistémicos desta zona do mundo e ganhando uma província no panorama da literatura-mundial.

Palavras-chave: discurso pós-colonial, discurso de-colonial, literaturas comparadas.

Abstract: “Africa is not a Country” is a slogan that opposes reducing the African reality to an overly simplistic narration. Starting from the concept of Orientalism and its homonymous work from Said, I will try to tackle instances that tend to flatten the European reality into the exclusive perception of the colonial legacy. I want to reflect on the borders of the “abyssal line,” showing how Chakrabarty’s discourse on provincializing Europe cannot be completed until we abandon this monolithic vision and manage to re-think Europe as *europees*, uncapitalized and in the plural form, to embrace the whole declination of European possibilities and taking off epistemic privileges from this area of the world and gaining a cultural province of the world-literary landscape.

Keywords: postcolonial, decolonial discourse, comparative literatures.

A frase “*Africa is not a country*” tornou-se um lema usado por quem tenciona contrariar narrações simplistas e simplificadoras sobre o continente africano, que ressurgem com força cada vez renovada em várias áreas do mundo e do saber. A partir da condenação hegeliana do espaço africano como “continente negro”, no sentido mais drástico — ou seja: golfo abissal posto fora da história e do desenvolvimento da humanidade², não só na construção de discursos europeus, mas também globais, África foi e continua a ser pensada por muitos como uma zona do mundo desconhecida, inconnhecível e atemporal, sem divisões e diferenciações internas: um espaço, de facto, oco. Esta frase-rótulo, ou chavão, virou várias vezes título de livro, entre os quais o mais recente é *Africa is not a Country: Breaking Stereotypes of Modern Africa*, de Dipo Faloyin (2022).

O hábito de reduzir a esta essa narração afro-pessimista todas as regiões e as experiências contidas num continente que se constitui num espaço geográfico enorme e com grandes variações internas continua a ressurgir em vários discursos, servindo os propósitos de redução e outrização que continuam a narrativa colonial e perpetuam a divisão internacional do trabalho. Até no caso de lugares de enunciação aparentemente bem-intencionados, esta tendência acaba por

² A formulação original de Hegel soa assim: “Jenes eigentliche Afrika ist, so weit die Geschichte zurückgeht, für den Zusammenhang mit der übrigen Welt verschlossen geblieben; es ist das in sich gedrungene Goldland, das Kinderland, das jenseits des Tages der selbstbewußten Geschichte in die schwarze Farbe der Nacht gehüllt ist” (HEGEL, 1924, p. 49).

manifestar-se. Em Portugal, por exemplo, os cidadãos originários das ex-colónias africanas são referidos muitas vezes como afro-portugueses, pondo de um lado desta definição composta um continente inteiro e do outro a pequena, mas especificada nação lusa, numa situação conceptualmente assimétrica.

A partir do sucesso daquele slogan, pretendemos, neste artigo, levar a cabo uma reflexão paralela sobre a visão da Europa no seio dos Estudos Literários, partindo do diálogo privilegiado com a constelação da teoria pós-colonial e de algumas pontes com o mundo da literatura comparada, executado nas últimas décadas um esforço para alargar as fronteiras epistemológicas e renovar os seus arquivos, incluindo no discurso dominante, finalmente, experiências literárias antes consideradas periféricas, e, portanto, irrelevantes.

Com efeito, numa das suas definições mínimas do conceito de literatura-mundial, o Warwick Research Collective avança que

‘world literature’ is in the first instance an extension of comparative literature, and might be understood as the remaking of comparative literature after the multicultural debates and the disciplinary critique of Eurocentrism. (WREC, 2015, p. 4, itáliconosso)

Todavia, na medida em que surge como necessário repensar a literatura mundial e as relações entre as suas regiões, na senda de uma oposição ao eurocentrismo ainda presente nos Estudos Literários, será

também imperioso repensar a própria Europa, provincializá-la e restituí-la a uma realidade descolonizada, ultrapassando a simplificação do conceito da própria Europa, especialmente no seio do discurso pós-colonial e das formulações dos Estudos Literários que a esse discurso se referem. De facto, ao mesmo tempo em que o conceito de África é rasurado e achatado até ao extremo de ser pensado como aquele tal “coração das trevas” fora do desenvolvimento material e espiritual da humanidade, o próprio edifício epistémico colonial criou uma imagem monolítica da Europa colonizante e imperial que, afinal, nunca correspondeu a nada mais do que uma construção imaginada que diz respeito só a uma parte muito pequena do continente — quando não a uma abstracção conceptual solta de qualquer ancoragem com a realidade.

Pretendemos, portanto, reflectir e eventualmente renegociar as fronteiras da tal “linha abissal” entre um Norte global cada vez mais líquido e tentacular e um Sul global igualmente descontínuo e fragmentado, na senda de um desenvolvimento desigual, pensando como o discurso proposto por Dipesh Chakrabarty (2000) sobre a provincialização da Europa não poderá ser realizado até enunciadores, quer do lado Norte, quer do Sul dessa linha abissal, abandonarem essa visão monolítica herdada de uma linha de pensamento europeu e repensando finalmente a Europa — singular e maiúscula — como “europas”, minúsculas e plurais, para abarcar as declinações dos vários possíveis

européus antigos, modernos e contemporâneos, e deste modo retirar privilégios epistémicos a esta zona do mundo — ganhando, em contrapartida, uma província cultural e literária mais plural, mais fragmentada e possivelmente mais fecunda do mais vasto panorama da literatura-mundial.

Não será insensato partir de uma das raízes fundamentais do discurso pós-colonial, a saber: a primeira enunciação do conceito de orientalismo, na homónima obra de Edward Said (1978), que tão fecunda se revelou nas décadas seguintes à sua primeira publicação. Ao longo desta obra, Said vai compondo, socorrendo-se de uma profusão de fontes, um vasto quadro de um Oriente conceptual construído pelos europeus durante a época imperial. Ele consegue demonstrar, e com inigualável força, como uma parte da Europa foi construindo sistematicamente uma série de *topoi* sobre o Oriente e os orientais, por sua vez produto daquela Europa em expansão, com vista a instituir aquela outrização, aquela constante comparação entre Oriente e Ocidente que resultasse favorável a este último o qual é pedra angular da empreitada imperial. Ao mesmo tempo, todavia, o que Said não faz, porque evidentemente não fazia parte dos objectivos daquele trabalho, é problematizar o conceito de Europa ao qual ele justamente imputa a construção desse discurso. A Europa de *Orientalism*, de facto, é uma ficção tão abstracta e tão distante da realidade do conjunto de comunidades e discursos que compõem o continente tanto quanto a África de Hegel.

Quem escreve considera-se um europeu das margens, *c'est à dire*: um cidadão da periferia de um país relativamente periférico no panorama europeu, que tem dedicado sua vida de investigador a pesquisar literaturas de língua portuguesa, cujo domínio, só em mínima parte, diz respeito ao continente europeu. A nossa primeira leitura de *Orientalism* foi acompanhada pela consciência constante de que, num problema terminológico de maior impacto, quando Said se referia à Europa e aos europeus, não podia referir-se a nenhuma genealogia cultural que eu conhecesse e reivindicasse como minha. Tanto que, antes de perceber a extrema importância e o valor da intuição saidiana, passei alguns anos a perguntar-me se aquele quadro teórico — aquele horizonte de pensamento — poderia de facto ser-me útil para a construção do meu discurso sobre literaturas de língua portuguesa. Pareceu-me que no domínio destalíngua não se verificavam situações que se encaixassem no discurso de Said. De alguma forma, estava muito enganado: os chamados “descobrimientos” e o colonialismo português inscrevem-se sem a mínima dúvida no quadro mais geral da expansão europeia, com a qual partilham as características de outrização dos povos subjugados, apesar da propaganda contrária — alicerçada nos famosos mitos do colonialismo brando e gentil e das várias vulgatas freyrianas, propaladas especialmente pelo Estado Novo — sobretudo nas últimas e mais ferozes décadas de colonialismo português, quando Portugal alinhou, de facto, com os modernos

modelos imperialistas europeus, ou seja, os modelos coloniais dos impérios britânico e francês.

Mesmo reconhecendo isso, todavia, a interpretação saidiana do conceito de Europa continuava a perturbar-me. Havia nela algo que não batia certo. Quando Said escrevia “Europa” e “europeus” parecia-me que estava a referir-se na realidade a uma fracção mínima da população do continente: O ensaísta palestino parecia falar essencialmente do Reino Unido e da França — que são, não deixa de ser verdade, os dois maiores exemplos de império ultramarino europeu moderno e, mais importante, os dois lugares de origem das fontes usadas no seu livro. Mais especificamente, olhando com mais atenção, não é na totalidade do Reino Unido e da França que Said está a falar. Ele considera, na realidade, só a parcela daqueles dois países que tomou parte activa na construção do imaginário colonial e do discurso nacional, ou seja, uma parte muito diminuta da população intelectual geralmente baseada em realidades urbanas. Enquanto esta parte da população construía as teorias e as práticas que serviriam para a máquina de propaganda do colonialismo no Oriente e em todos os outros orientes possíveis, enquanto elaborava a outrização que desembocaria no mais descarado racismo e na máquina colonial de chacina, exploração e opressão, partes daqueles mesmos países lutavam em situação de minoria contra a homologação nacional, numa situação de colonização interna. A história da Irlanda, por exemplo, é um exemplo fulgurante disso. A leitura pós-colonial

da obra literária e da figura de James Joyce, proposta entre outros por Maria Tymoczko (1994) e já amplamente aceite no meio académico, levou a um consenso sobre a justeza da aplicação do discurso pós-colonial sobre aquele país. Foi proposta uma leitura pós-colonial de toda a produção literária irlandesa, assim como da história daquele pequeno país das margens europeias, que, por uma boa fatia da sua história moderna esteve debaixo do jugo do vizinho mais poderoso. Não há dúvida, especialmente em consideração da Grande Fome do Século XIX, de que a Irlanda, que até 1922 fazia parte do Reino Unido, pode ser considerada uma colónia interna dele. O sucumbir das minorias culturais e linguísticas dentro do território francês, desde a Bretanha até à zona occitana e à Córsega, que recentemente voltou a levantar a bandeira independentista (CORSICA..., 2022), podem ser exemplos de colónias internas do Estado francês. Ampliando o nosso olhar para os outros países europeus, vemos como a situação pode ainda ser mais articulada e complexa, quer em termos de relacionamento com o colonialismo e o imperialismo, quer em termos de desigualdade interna. Há uma Europa que foi parte activa, desde cedo, no jogo colonial ultramarino, que constitui uma parte irrenunciável da construção e do desenvolvimento da própria nação. Além do Reino Unido e da França, é claramente o caso de Espanha, de Portugal, dos Países Baixos, da Bélgica, ou seja, da parte mais ocidental do continente europeu. Há depois uma faixa central da Europa, onde, de certo, podemos incluir

a Alemanha e a Itália, que teve uma experiência menos impactante e mais efêmera do colonialismo — o que não implica que essas duas nações não se tenham conseguido distinguir, em poucas décadas e num território relativamente limitado em comparação com o de outras nações, no seu zelo colonialista, cumprindo massacres e barbaridades, como o massacre dos Herero no Sudoeste Africano alemão — hoje Namíbia — ou o emprego de armas químicas nas campanhas militares italianas na Líbia e na Abissínia. Todavia, o colonialismo alemão limita-se a um período que vai desde a década de 1870 até ao fim da Primeira Guerra Mundial, enquanto o italiano, iniciado formalmente em 1882, com a aquisição do porto da baía de Assab na Eritreia, acaba em 1960, quando chega a termo o mandato italiano na Somália. Ao mesmo tempo, há que considerar que a Itália e a Alemanha modernas são dois Estados constituídos na segunda parte do século XIX, (1861 e 1871, respectivamente), que tinham ficado territorialmente fragmentados ao longo de séculos, com uma grande desigualdade em termos de centralidade entre os vários territórios e uma série de situações de colonialismo interno, alguns dos quais ainda perduram nos dias actuais. Para citar só dois exemplos contemporâneos e gritantes: no caso da Alemanha, a divisão em dois países do tempo da Guerra Fria, do ponto de vista socioeconómico, mas também cultural e político, foi ultrapassada só parcialmente, como a disparidade entre o Norte e o Sul da Itália parece um desafio completamente falhado das políticas das

últimas oito décadas de democracia. Estas considerações não impedem a presença nessa área do continente um pensamento colonial, mas por outro lado complica a percepção do continente europeu como monolítica fonte do pensamento e da acção colonial.

Ainda no caso da Europa Central, a construção material e conceptual representada pela monarquia habsbúrgica ao longo de cerca de um milénio antes do seu desaparecimento com o fim da Primeira Grande Guerra, não foi isenta de situações de colonialismo interno e desigualdades no posicionamento das várias nações que compunham a sua população — com duas etnias a funcionarem como *Herrenvölker* (a alemã e a magiar) e uma constelação de outras etnias a constituírem uma enorme periferia desse império centro-europeu. É de notar que a teoria pós-colonial foi utilizada para abordar a realidade social e a produção intelectual dessa zona do continente, como se pode ver no site *Kakanien Revisited*, plataforma e repositório de uma linha de investigação muito fecunda sobre a herança da monarquia habsbúrgica nessa área da Europa Central, — alguns dos resultados estão disponíveis também em volume (MÜLLER-FUNK et al., 2002) — e como assinalado também pelo discurso mitopoiético relativo à monarquia habsbúrgica na seminal tese de Claudio Magris (1963).

O continente europeu, por fim, não acaba aqui. Há ainda o Norte escandinavo, assim como a enorme faixa de território e de população a leste de Alemanha e Itália

e a oeste da Rússia, que constitui uma fatia importante do continente — com uma população somada que roça os 150 milhões de habitantes —, e onde não há nenhum país que se tenha formalmente envolvido com o colonialismo ultramarino. O caso da Rússia é ainda mais específico. País multicontinental, a Rússia foi a única nação europeia moderna que construiu um império de terra, continental, e não por via marítima, e continua a guardar grande parte das suas conquistas asiáticas.

É, contudo, evidente, para muitos, que a construção do moderno Estado-nação europeu foi o banco de ensaio para a construção de impérios ultramarinos. Esta opinião, voltando aos Estudos Literários, reflete, entre outros, o recente posicionamento do Warwick Research Collective (*Combined and Uneven Development*, 2015), que, em boa medida, foca em exemplos de várias periferias internas da Europa. O próprio título, que é uma citação de Trótski, dá atenção central à desigualdade do desenvolvimento literário entre várias áreas do mundo e internamente a várias regiões e sub-regiões dele.

Além da formulação saidiana de orientalismo, e desta ideia reduzida, achatada e ao mesmo tempo totalizante de Europa, identificada unicamente na sua vertente de fonte dos sistemas coloniais e do discurso imperial, acrescenta-se toda uma linha dos estudos pós-coloniais. Mesmo sem estar a percorrer em pormenor a história dos estudos pós-coloniais e subalternos, dentre os quais destacamos o impacto das formulações de Homi K. Bhabha (1994) e de Gayatri Spivak (1988,

1999 e 2003), será útil, nesta circunstância discutir brevemente a posição de Dipesh Chakrabarty (2000), que integra a escola dos estudos subalternos, em *Provincializing Europe*. Esse texto do estudioso indiano acabou por resultar muito fecundo na mais que legítima e atempada crítica ao eurocentrismo. O que deveríamos fazer, afirma-se, é “normalizar” a Europa, retirando-lhe as suas exceções, que não fizeram mais do que contribuir para impor e mesmo fundar e fundamentar o discurso colonial-imperial e eurocêntrico, baseado nessa mesma exceção e excepcionalidade. Assim, a normalização da Europa enquanto uma das regiões do mundo, num patamar epistémico igual ao das outras, acabaria por significar uma provincialização do continente europeu, que assim perderia o conjunto dos seus privilégios e acabaria por ser considerado ao mesmo nível das outras “províncias” do globo. Quero aqui aderir ao pensamento de Chakrabarty, propondo, todavia, uma releitura do conceito de Europa a partir de um posicionamento marginal interno à própria Europa e não do Sul global. Bem diz Chakrabarty nesse texto, como em outros, que a conceptualização de Europa como zona do mundo excepcional levou a que os moldes de pensamento sobre assuntos não apenas europeus, mas também nãoeuropeus, seja maioritária e dominantemente o molde criado pela chamada Europa moderna. Bem diz Chakrabarty nesse texto, dando exemplos que nos dizem respeito, porque têm um objecto literário, que os termos de confronto de obras não-europeias

são na maioria dos casos europeus, e que portanto, de algum modo, não tanto “a Europa” real, mas a tal Europa ideal e idealizada se sagrou como a bitola de medição do mundo inteiro.

Mais uma vez percebe-se como o conceito escorregadio de Europa, visto não apenas a partir do subcontinente indiano, da África e do resto do Sul global, mas também das Américas, quer meridional quer setentrional, não pode deixar de ser redutor. A Europa que chega com os colonos é sempre necessariamente uma redução de si própria: um arquivo de instâncias literárias, culturais, de práticas e técnicas, mas também, e como sublinha quem adere ao discurso decolonial, uma cosmologia que gradualmente se confundirá com a modernidade global. Hoje em dia, contudo, há que considerar que essa modernidade é cada vez menos europeia em sentido estrito: o centro conceptual, militar e económico da modernidade ao longo do século XX foram os Estados Unidos, e, já neste século o desenvolvimento económico da China está mais uma vez a mudar os equilíbrios mundiais. No momento em que escrevemos, acreditamos que a modernidade global manifesta-se de forma descontínua e fragmentária, sendo contudo, centrada e acentuada nas grandes cidades globais do mundo, mais do que propriamente numa região do planeta. Que esta modernidade continue a ser nomeada “ocidental” ou, ainda pior “europeia”, arrisca-se cada vez mais a produzir falácias de pensamento, confundindo uma zona real do mundo real com

uma construção que já há séculos se desenvencilhou do seu lugar de origem e que hoje pertence e diz respeito mais claramente às multidões urbanizadas globais do que a certas áreas do continente europeu.

Referindo-nos ao percurso do discurso decolonial como proposto por Aníbal Quijano (2007) e retomado e desenvolvido por Walter D. Mignolo e Catherine Walsh (2018), vemos como esses estudiosos enquadram a modernidade como uma das duas faces de uma moeda cujo outro lado é a colonialidade (e não o colonialismo formal em si). Segundo esta visão, a contemporaneidade global é dominada pelo nexos colonialidade-modernidade, que estaria por trás de qualquer discurso de modernização em qualquer lugar do globo. É, parece-nos uma intuição muito fecunda, que faz sentido em vários planos e situações, permitindo, entre outras coisas, explicar de forma convincente a permanência de situações de subalternidade por parte de áreas do Sul global depois do fim formal do colonialismo europeu, tomando assim conta de fenómenos neocoloniais e ultrapassando as narrativas neo-imperiais sobre supostas incapacidades inatas de certas e determinadas estruturas sociais de abraçar o desenvolvimento.

Existe claramente uma rica linha de pensamento sobre a Europa como conceito e como realidade que não podemos não referir aqui, apesar de este artigo ser mais focado sobre os Estudos Literários e sobre a reacção às atitudes pós-coloniais. O nome de maior referência entre as mais recentes intervenções sobre

o assunto é evidentemente o de Jürgen Habermas. O filósofo alemão, que é também figura de intelectual público no seu país, encarna a herança do pensamento continental alemão sobre a Europa (HABERMAS, 2008; 2011; HABERMAS; STEINMEIER, 2008). Recentemente, sobretudo no discurso de língua alemã acerca do continente, tem sido alvo de especulação e também de acção política o conceito de *Kerneuropa* (ou de Europa âmago, de Europa nuclear), que aponta para uma diferenciação entre várias zonas concêntricas do continente, a partir de um centro continental que se constitui essencialmente em volta do espaço de língua alemã e das suas imediatas periferias (o espaço de língua francesa e italiana, que por sua vez constituem o núcleo da construção da União Europeia), do ponto de vista quer político, cultural, quer económico. Estes discursos, como a ideia de pan-Europa ou de unificação do continente de um ponto de vista mais ou menos federativo remontam a uma linha de pensamento já antiga e estratificada, cujos textos nucleares podem ser encontrados no Manifesto de Ventotene (SPINELLI; ROSSI, 1941) e por sua vez nas propostas ainda anteriores do conde de Kalergi (1926).

Mais uma vez, será útil discutir os termos e a posição das várias europas. A Europa como um todo é e continua a ser, sem dúvida, um dos principais beneficiários do sistema de divisão de trabalho mundial e da globalização. Por um lado, todavia, já não pode ser considerado o único beneficiário e não o é de forma contínua e homogénea — e considerando a

tendência actual, a Europa, como conjunto, já perdeu a sua anterior supremacia económico-militar a favor de outras zonas do planeta. Por fim, há importantes desigualdades de acesso à modernidade no continente. O posicionamento de Portugal pode ser considerado paradigmático da situação de uma zona marginalizada e relativamente desfavorecida. Se, por um lado, é verdade que Portugal protagonizou uma história de expansão imperial europeia (através das navegações, da construção multissecular da realidade e do conceito de império português na Ásia, na América e na África), por outro não podemos esquecer que Portugal sempre foi e continua ser um país marginal no panorama europeu. Uma recepção possível do próprio discurso decolonial em Portugal, protagonizada pelo grupo de Boaventura de Sousa Santos e de Maria Paula Menezes (2009), é testemunha deste posicionamento intermédio. O debatido artigo de Boaventura *Entre Próspero e Caliban* (SOUSA SANTOS, 2003), é paradigmático. Nesse texto, o autor apresenta de forma convincente o paradoxo da posição portuguesa na contemporaneidade, como potência europeia criadora de mundos coloniais fora da Europa e nação objecto de uma inequívoca orientalização por parte de comunidades culturais mais centrais. Os exemplos que Boaventura usa no seu artigo, de viajantes britânicos da época moderna a Portugal, em que se descreve a população local com todos os estigmas da orientalização e da subalternização racializada, são de facto paralelos aos exemplos de Said sobre os vários

Orientes não europeus. Esta similitude é gritante e não deve ser silenciada, também em consideração que esse género de crónica, de atitude e de imagem orientalizante para com as margens europeias não é uma especificidade portuguesa: Existem crónicas paralelas de viajantes da Europa central e das ilhas britânicas em Itália, por exemplo (que abundam por causa da tradição do *Grand Tour*), em que à população local é atribuído todo o arquivo clássico de características típicas do discurso outrizante e subalternizante: preguiça inata, escassa aptidão para a racionalidade, crenças místicas e supersticiosas, em suma: todo o arcaboço baseado na diferenciação racial do *outro*, o extra-europeu. Um *outro* que — é o que mais importa aqui — não pode pertencer, portanto, àquele conceito também essencializante e totalizante de Europa racional, racionalista e moderna aqui debatido.

No âmbito português, e numa dialéctica com o centro do continente que remonta a uma genealogia discursiva que inclui certamente Eça de Queirós, Teixeira de Pascoaes e o grupo da primeira geração modernista, o intelectual que mais trabalhou no sentido de pensar o país no contexto continental nas últimas décadas foi sem dúvida Eduardo Lourenço (LOURENÇO, 1988, 1994).

A reflexão sobre a provincialização da Europa em Portugal, por outro lado, foi levada a cabo por alguns estudiosos que se ocuparam da recepção crítica portuguesa do pensamento pós-colonial (SANCHES, 2005, 2006 2011).

Ao mesmo tempo, percebem-se perfeitamente as reservas que reacções do lado de ex-colonizados a este tipo de discurso em Portugal possam ter: é natural que pareça a alguns que este discurso seja avançado para vitimar Portugal e os portugueses e assim retirar-lhes parte da responsabilidade da empresa colonial. Nós acreditamos, contudo, que a posição paradoxal de Portugal, como enunciada por Boaventura, faz sentido e tem repercussões tanto no dia a dia da vida nacional quanto no desenvolvimento e na circulação da sua literatura. Ao mesmo tempo, esta posição pode ser considerada na sua dimensão de forma, independentemente do historial de Portugal e dos portugueses com o ultramar, sem nada retirar à história das responsabilidades e conseqüências históricas do imperialismo português.

A marginalidade europeia de Portugal e da sua língua faz com que a literatura portuguesa seja pouco conhecida fora das fronteiras nacionais na Europa (e no mundo): além dos óbvios nomes de Fernando Pessoa, que entrou no cânone restrito de clássicos internacionais, ou seja, é um autor-mundo, e de Saramago, também por causa do Nobel, nenhum autor nacional encontrou, até à data, fama duradoura e disseminada fora das fronteiras portuguesas. Não só toda a experiência da literatura propriamente portuguesa no seu desenvolvimento multissecular é silenciada e relativamente ignorada no resto do mundo, como também as experiências das literaturas não europeias em português têm imensa dificuldade para se impor no panorama da literatura

mundial, consierando a posição que ocupa a literatura brasileira contemporânea no panorama mundial — posição de extrema marginalidade em comparação com a vastidão das propostas literárias brasileiras — e, por fim, como as literaturas africanas em português, vítimas não apenas da marginalização e subalternização da condição pós-colonial e do lugar africano de produção de objetos culturais (simplificação, história única, afropessimismo etc.), mas também e de modo relevante da própria subalternização mundial da língua portuguesa, em parte por causa da subalternização do próprio Portugal na Europa e no Norte global.

Várias tentativas foram levadas a cabo nas últimas décadas de considerar o legado da experiência pós-colonial no campo das literaturas e, mais propriamente, das literaturas comparadas. À parte a tentativa da própria Spivak (2003) com *Death of a Discipline*, muito fecunda e muito debatida, várias enunciações, que podem ser agrupadas debaixo do escorregadio epíteto de literatura(-)mundo, foram tentando ultrapassar o eurocentrismo presente e, nalgumas formulações, até constitutivo das literaturas comparadas, tendo em conta o legado pós-colonial em diferentes aspectos. A panóplia dos posicionamentos tem um leque impressionante de diferenças: há formulações flexíveis e inclusivas, como a de David Damrosch (2014), que propõe uma literatura-mundo que não deixa de ser fruto e herança de um certo comparatismo americano, em que se tende a estudar

florilégios de textos em tradução inglesa mas finalmente dando cidadania e destaque a algumas testemunhas de mundos literários extra-europeus, numa expansão do arquivo e dos cânones do que não deixa de ser relevante no panorama das literaturas comparadas — lembre-se a feliz formulação de Franco Moretti sobre a velha tradição comparatista, em que se reduzia o campo do que era relevante para as literaturas comparadas ao que acontecia, literariamente, nas duas margens do rio Reno³. Ao mesmo tempo, todavia, os arquivos damroschianos — recebidos em Portugal como método e até como instrumentos e parcialmente como conteúdo pelo grupo de Buescu, (BUESCU *et al.*, 2018; BUESCU; MATA, 2017; BUESCU VALENTE, 2020), reduzem a presença das margens europeias, ainda que finalmente com um lugar de destaque e com uma presença relativamente abundante — com exceção da margem perifero-centrada a um acréscimo aos cânones tradicionais de literatura comparada, sem uma mudança metodológica ou de horizonte teórico que permita formulações de literatura-mundo mais radicais, como pode ser a do próprio Moretti (2000, 2003) no momento em que advoga o surgimento de uma nova literatura-mundo que seja algo de conceptualmente diferente, não a mesma coisa com expansões.

³ “I work on West European narrative between 1790 and 1930, and already feel like a charlatan outside of Britain or France. World literature?” (MORETTI, 2000, p. 55).

Reading 'more' is always a good thing, but not the solution. Perhaps it's too much, tackling the world and the unread at the same time. But I actually think that it's our greatest chance, because the sheer enormity of the task makes it clear that world literature cannot be literature, bigger; what we are already doing, just more of it. It has to be different. (MORETTI, 2000, p. 55)

Filiações e versões desta visão deram lugar a trabalhos muito interessantes, como o discurso que se coagulou em torno do artigo “Pour une littérature-monde en français” (BARBERY et al, 2007), publicado no *Le Monde*, em 2007, e que deu lugar ao volume de estudos organizado por Rouaud e Le Bris (2007), no qual os autores questionam as relações entre centro e periferia no macrossistema literário de língua francesa, partindo da intuição de que, considerando a feliz estação de prêmios que acabavam de ser outorgados a autores não franceses, as periferias estariam a tomar a dianteira em termos de inovação literária, deixando ao centro o papel de mera institucionalização. Pelo que nos diz respeito, o discurso desses estudiosos fica aquém da expectativa mundial ou sistêmica, pois limita-se à língua francesa, proclamando “uma literatura mundo” dentro de uma só língua, e, por isso, deixando de lado todo o interesse translinguístico e relacional entre os vários macrossistemas literários. Além disso, as várias formulações de literatura-mundo mais apegadas à teoria de sistemas alertam-nos para que seja teórica e conceptualmente possível uma só literatura-mundo e não várias em concomitância e eventual concorrência entre

si (“uno e desigual” [one and uneven], na formulação de Moretti (2003), “combinado e desigual” [combined and uneven], na do Warwick Research Collective [WReC, 2015]). A torção teórica que leva à formulação de “uma literatura mundo *em francês*” acaba por actualizar os termos de uma literatura comparada ainda essencialmente ancorada ao princípio das literaturas nacionais: o facto de rebaptizar o conjunto das literaturas escritas em francês nos vários cantos do mundo desta nova maneira não faz desse conjunto epistémico do ponto de vista teórico algo diferente do que a tradicional formulação de “literaturas francófonas”, ou “literaturas em língua francesa”, desta forma acabando por fazer o que Moretti aconselha evitar, ou seja, interpretar a literatura-mundo como “a mesma coisa, mas mais” e nada de qualitativamente diferente do que foi pensado até agora. Em Itália, Rosanna Morace (2012), no volume *Letteratura mondo italiana*, segue o mesmo percurso ao propor um volume de estudos de grande valor, mas fundamentalmente ligado ao conceito de que “o mundo” (e não só a própria Itália) é que agora escreve em italiano, o que mais não é do que uma reproposição de uma mistura entre literatura de migração — que tanto interesse criou naquele país, considerando a sua recente história de imigração — e algum interesse por escritas marginais dentro da nação, como literaturas de minorias linguísticas. Como a literatura-mundo dos autores do *Manifeste* (BARBERY et al., 2007) poderia simplesmente (continuar a) ser chamada “literatura

(global) em francês”, ou “francófona”, assim esta literatura-mundo de Morace poderia continuar a ser chamada “literatura da migração e de minorias” e, na prática, nada mudaria.

Há formulações, contudo, mais inovadoras, como a de Pascale Casanova (1999), que consegue uma mediação entre a “crítica francesa tradicional” e o legado pós-colonial, criando uma república mundial das letras que finalmente põe no seu centro o conceito de luta pela consagração, codifica as questões centroperiferia de forma convincente e dá conta de assimetrias do funcionamento da máquina literária mundial — que por sinal acompanha a história do colonialismo europeu e, como esse, refere-se e centra-se nalguns centros que acabam por não ser nacionais nem continentais (não é a Europa toda, nem são a Inglaterra e a França a deter o poder literário na visão de Casanova, ou seja, o acumulado de capital simbólico, mas Londres e Paris).

As várias formulações de literatura-mundo revelaram tanto a profunda crise do campo da literatura comparada quanto uma sincera vontade de ultrapassar o eurocentrismo e de reconhecer e integrar o impacto dos estudos pós-coloniais. De qualquer das formas, alguns desses posicionamentos têm o problema de hesitar entre os mundos pós-coloniais e pós-imperiais e a dimensão continental de certas literaturas. Quando esses autores comentam os graus de centralidade das várias tradições literárias mundiais — a partir de Casanova, mas também em D’Haen (2016), em Becroft (2015),

entre outros —, há uma assimetria entre as grandes línguas pós-imperiais, que formam e se constituem em “mundos” multicontinentais, e as outras literaturas que continuaram num plano nacional ou de qualquer forma, estão limitadas a um só continente.

Podemos considerar consensual, hoje em dia, a afirmação de que as literaturas de língua inglesa gozam do lugar de hipercentralidade no sistema literário mundial. O megassistema literário de língua inglesa é de facto um mundo em si. Com a sua expansão como língua literária ao longo do século XIX e, mais acelerada, no século XX, as literaturas de língua inglesa constituem um universo extraordinariamente multifacetado e quase ubíquo. Somando à literatura inglesa moderna e contemporânea a irlandesa, a americana, as literaturas das Caraíbas (que deram vultos como Walcott e Naipaul), as literaturas do subcontinente indiano em inglês (Narayan, Salman Rushdie, Anita Desai, Arundhati Roy, entre outros), as literaturas africanas em inglês (Chinua Achebe, Wole Soyinka, Ngugi Wa Thiong’o, Ben Okri, J. M. Coetzee, Nadine Gordimer, Chimamanda Ngozi Adichie, entre outros) e as da Austrália e Hong Kong, a constelação das literaturas em língua inglesa constitui-se como um leque de diversidade e instâncias estéticas, temáticas, de conteúdo e de propostas poéticas vastíssimo.

A mesma estrutura é reproduzida, em vários graus de tamanho e deslocações no seu baricentro entre os continentes, na língua francesa, na espanhola e na

portuguesa. Essas línguas eminentemente pós-imperiais e pós-coloniais criaram de facto subplanetas (submundos) literários que se justapõem e se contrapõem à história e às histórias das literaturas nacionais. Em outras palavras: dominando cada uma destas línguas, um leitor potencial adquire o acesso directo a uma panóplia de instâncias literárias e culturais que transcendem qualquer nação e abarcam vários continentes. É esta a visão — parece-me — que se revela no *Manifeste francês* (BARBERY et al., 2007) e, de algum modo, contamina a visão da literatura mundial também de Buescu (2013).

Ao mesmo tempo, no resto da Europa, há literaturas que restam confinadas num espaço exclusivamente continental. Eles estão sob silenciamento e diminuição da sua visibilidade mundial justamente por isso: a sua estrutura nacional e continental faz com que não sejam comensuráveis com os “mundos” literários pós-imperiais acima referidos e não possam concorrer no mundo das literaturas globais. O alemão e o italiano, primeiros exemplos desta fileira porque maiores e mais prestigiados, nunca poderão apresentar campeões pós-coloniais (da Namíbia e da Somália, por exemplo) capazes de ombrear com a fama internacional de um Naipaul ou de um Rushdie, mas também de um Mia Couto ou de um Luandino no caso da língua portuguesa. Aliás, o mais notório autor-mundo da Somália, que foi consagrado e recebido no sistema literário mundial, Nuruddin Farah, escreve em inglês.

Releva-se, portanto, uma disparidade entre a visão pluricontinental e pós-imperial de algumas línguas como fontes de literatura, e a dimensão continental de outras, o que constitui, em si, uma fronteira interna à Europa de que é difícil dar conta quando pensamos no estudo e na fruição da literatura continental e global, bem como a construção de arquivos e cânones relevantes. Nos tempos que correm, e fazendo um discurso cuja enunciação se centra a partir de Portugal, é difícil encontrar leitores cultos não especializados que consigam nomear uma rosa de autores lidos que escrevem originariamente em alemão ou em italiano, sendo que os interesses dos portugueses caminham cada vez mais, à boleia da pressão exercida pelo centro do sistema literário mundial, na direcção do mundo de língua inglesa, numa relação vertical cada vez mais exclusiva com essas zonas hiper-centrais.

Formulações do sistema literário mundial podem contribuir para perceber e enquadrar essas interferências e assimetrias, como no conceito de império colonial, em que tudo tinha que passar pela metrópole — lembre-se os portos brasileiros ao longo do século XVIII e começo do XIX que não tinham a liberdade de enviar mercadoria sem passar necessariamente por Lisboa —, da mesma forma funciona o sistema literário mundial. É cada vez mais claro que a globalização, em vez de celebrar e de realçar as diferenças e a pluralidade de experiências, ao menos em literatura, cada vez mais, instituiu, não só a centralidade, como o domínio cada vez

mais absoluto de uma só língua na literatura mundial. Boa parte das trocas literárias entre duas zonas com vários graus de perifericidade é cada vez mais indireta e mediada pela zona hipercentral. Basta olhar, por exemplo, o que chega a Portugal da contemporaneidade italiana: essencialmente o que se encontra também nas estantes das livrarias britânicas e americanas (como Andrea Camilleri e Elena Ferrante), enquanto é quase impossível não só encontrar no mercado em tradução portuguesa, mas simplesmente esbarrar em qualquer citação de vários grandes autores daquela literatura recente (Carlo Emilio Gadda, por exemplo, mas também Alberto Arbasino, Stefano D'Arrigo, Pier Vittorio Tondelli, os poetas Ceronetti, Sanguineti, entre outros).

Pelo contrário, enquanto Itália ignora a sua própria experiência colonial e silencia nas estantes das livrarias tais instâncias — apesar de algum trabalho recente de alguns investigadores que se focaram, no legado colonial italiano em geral e na literatura italiana colonial e pós-colonial (BUCAIONI, 2021) —, tanto em Itália, como em Portugal, como no Brasil, a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie está disponível no mercado do livro novo, publicada pelas maiores chancelas e constantemente reimpressa. Dito de outra forma: existe uma literatura-mundial em que um centro, cada vez mais identificado com a língua inglesa, detém o controle cada vez mais estrito do que é lido no próprio centro e nas várias periferias e tende a mediar verticalmente entre literaturas periféricas. Continuam a existir, é claro, relações

directas, horizontais e oblíquas entre literaturas (semi-) periféricas e espaços literários e mercados livreiros. É cada vez mais raro, contudo, que uma dessas relações não verticais e não mediadas pela língua hegemónica se torne relevante para a literatura mundial.

Parece-nos absolutamente necessário e urgente um repensamento e uma reconceptualização de alguns fenómenos: por um lado, a posição das literaturas de língua portuguesa — quer como conjunto, quer cada uma singularmente — no mundo, tendo em conta as diferenças internas, mas não esquecendo que, do ponto de vista global, essas literaturas aparecem muitas vezes juntas debaixo do rótulo “língua portuguesa” e em circuitos que tendem a rasurar as polémicas e as divisões internas ao sistema literário de língua portuguesa. Não fiquemos, no caso de África, de Portugal ou do Brasil, cegos pelo perifero-centrismo (JUVAN, 2010, 2011) da nossa própria posição: operar no sentido de uma presença maior das literaturas africanas em Portugal, por exemplo, pode ser teoricamente justo, mas pode também acabar por revelar-se daninho. Por outro lado, é para rever a posição das literaturas periféricas europeias, as maiores e as menores, e compor uma aliança de experiências horizontais que permitam furar e interromper a verticalidade quase obrigatória das relações literárias.

Ler Chimamanda no Brasil e em Portugal é importante, também porque se trata de um óptimo veículo de iniciação a literaturas de uma área do mundo que,

de outra forma, ficariam para sempre desconhecidas por boa parte do público. Por outro lado, acompanhar só os autores que o centro do sistema selecionou como porta-vozes de certas áreas do mundo pode ser perigoso, acabando por redundar numa adesão a outra forma de narração igualmente única e simplista. Atrás e além de Ngozi Adichie, há toda a literatura nigeriana em inglês, desde os pináculos de Chinua Achebe, Ben Okri e outros, desde a experiência experimental de Tutuola até uma rica contemporaneidade. Ao mesmo tempo, continua a existir uma Europa de retaguarda, porque atrás e além de Andrea Camilleri, Alessandro Baricco ou Elena Ferrante (para continuar o exemplo italiano), há uma tradição contemporânea e que só pode enriquecer o panorama da literatura mundial, assim como contribuir para a resistência (na terminologia de Mignolo e Walsh, *delink*, ou seja, “o desligamento”) contra as relações verticais impostas pela vertente mais agressiva do sistema literário-mundial.

É preciso repensar, portanto, os contornos e as características da tal linha abissal, tendo em conta a extraordinária diversidade também do continente europeu, dividido em muitos Estados com posições diferentes e com zonas geográficas e sociais de exclusão e silenciamento, também indo ao encontro da necessidade de provincialização da própria Europa.

Como claramente diz, entre outros, Kwame Anthony Appiah (2019), em *Lies that Bind*, ao lado de *color, creed, country* e *culture*, o quinto elemento fundamental

para enquadrar a identidade é *class*. Ao contrário do que fez o Partido Comunista Francês, que recebeu com grande hostilidade a obra de Frantz Fanon porque não quis abraçar as reivindicações dos cidadãos colonizados, teremos hoje e amanhã que pensar de forma mais equilibrada os vários desequilíbrios que existem e se produzem no sistema global em termos de minorias e identidades.

Um comparatismo como o exemplificado pelo próprio WReC, que contém exclusivamente casos de estudo de objectos literários das várias europas, de várias posições mais ou menos marginais dentro do continente, aparece-me como profundamente desejável. Desse modo, o mandamento e o auspício de Dipesh Chakrabarty seriam centrados em cheio, reconfigurando as europas todas, centros e margens, dentro de uma república mundial das letras que, com termos mudados, tivesse em conta as últimas décadas de globalização, mundialização e deslocação da modernidade. Parece-nos que, de algum modo, este caminho apresenta-se como difícil, por ser mais confortável continuar a ver o mundo de forma pós-imperial, também em literatura. As grandes e fragmentadas áreas linguísticas e literárias configuradas pelas línguas pós-imperiais configuram-se como espaços profundamente relevantes, porque as trocas no interior do espaço de uma língua são mais frequentes e profundas do que entre línguas diferentes, e porque a tradição disciplinar que divide as literaturas em literaturas nacionais, e depois em

literaturas imperiais e nas suas herdeiras pós-coloniais, é difícil a abater — daí também as contínuas provas de incapacidade de imaginar uma literatura-mundial fora dos moldes imperiais e pós-imperiais. Todavia, o desafio pode valer a pena.

REFERÊNCIAS

- APPIAH, Anthony. *The Lies That Bind Rethinking Identity, Creed, Country, Color, Class, Culture*. New York: Liveright, 2019.
- BARBERY, Muriel *et al.* Pour une “littérature-monde” en français. *Le Monde*, Paris, 15 mars 2007. Disponível em: https://www.lemonde.fr/livres/article/2007/03/15/des-ecrivains-plaident-pour-un-roman-en-francais-ouvert-sur-le-monde_883572_3260.html. Acesso em: 26 abr. 2023.
- BEECROFT, Alexander. *An Echology of World Literature from Antiquity to the Present Day*. London: Verso, 2015.
- BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- BOBINAC, Marijan. The Habsburg Legacy from a Postcolonial and Postimperial Perspective. *Umjetnost Riječi: Časopis za Znanost o Književnosti*, Zagreb, v. 59, n. 3/4, p. 239-260, 2015.
- BUCAIONI, Marco. Entre inércia do cânone literário e ataques à “italianidade” contribuições para um estado da arte em Itália. *Cadernos de Literatura Comparada*, Porto, v. 43, p. 193-214, 2021. DOI: 10.21747/21832242/litcomp43a12.
- BUESCU, Helena *et al.* *Literatura-mundo comparada: perspectivas em português: parte 2: o mundo lido: Europa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2018.
- BUESCU, Helena. *Literatura-mundo: perspectivas em português. Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 216-220 jan./jun. 2013.
- BUESCU, Helena; MATA, Inocência. *Literatura-mundo comparada: perspectivas em português: parte 1: mundos em Português*. Lisboa: Tinta-da-China, 2017.
- BUESCU, Helena; VALENTE, Simão. *Literatura-mundo comparada: perspectivas em português: parte 3: volume 1: pelo Tejo vai-se para o mundo*. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.
- CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CORSICA Protests Turn to Riots Over Assault of Jailed Nationalist Yvan Colonna. *France 24*, Paris, 10 Mar. 2022. Disponível em: <https://www.france24.com/en/europe/20220310-corsica-protests-turn-to-riots-over-assault-of-jailed-nationalist-yvan-colonna>. Acesso em: 26 abr. 2023.

D'HAEN, Theo. Major/Minor in World Literature. *Journal of World Literature*, Leiden, v. 1, n. 1, p. 29-38, 2016.

DAMROSCH, David. *World Literature in Theory*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.

FALOYIN, Dipo. *Africa is not a Country: Breaking Stereotypes of Modern Africa*. London: Harvill Secker, 2022.

HABERMAS, Jürgen. *Ach, Europa: kleine politische Schriften XI*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Zur Verfassung Europas: ein Essay*. Berlin: Suhrkamp, 2011.

HABERMAS, Jürgen; STEINMEIER, Frank-Walter. *European Prospects/Europäische Perspektiven*. Essen: Klartext, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*. Berlin: Reclam, 1924.

JUVAN, Marko. Peripherocentrism(s): Geopolitics of Comparative Literatures between Ethnocentrism and Cosmopolitanism. In: BESSIÈRE, J. et al. (ed.). *Histoire de la littérature et jeux d'échange entre centres et périphéries*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 53-63.

JUVAN, Marko. World Literature(s) and Peripheries. In: SOBRENOME, Prenome (org.). *Transformations of the European landscape*. Vilnius: Vilniaus Pedagoginio Universiteto Leidykla, 2011. p. 272-285.

KALERGI, Richard Nikolaus. *Pan-Europa, der Jugend Europas gewidmet, 1923*. Wien: 16. Tausend, 1926.

LOURENÇO, Eduardo. *A Europa desencantada: para uma mitologia europeia*. Lisboa: Visão, 1994.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou As duas razões*. Lisboa: INCM, 1988.

- MAGRIS, Claudio. Il mito absburgico nella letteratura austriaca moderna. Torino: Einaudi, 1963.
- MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine. *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham: Duke University Press, 2018.
- MORACE, Rosanna. *Letteratura-mondo italiana*. Pisa: ETS, 2012.
- MORETTI, Franco. Conjectures on World Literature. *New Left Review*, London, n. 1, 2000.
- MORETTI, Franco. More conjectures. *New Left Review*, London, n. 20, 2003.
- MÜLLER-FUNK, Wolfgang, PLENER, Peter; RUTHNER, Clemens (org.). *Kakanien revisited: das Eigene und das Fremde(in) der österreichisch-ungarischen Monarchie*. Tübingen: [s. n.], 2002.
- QUIJANO, Aníbal. Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies*, London, v. 21, n. 2, 2007. p. 168-178.
- ROUAUD, Michel; LE BRIS, Jean (org.). *Pour une "Littérature-monde" en français*. Paris: Gallimard, 2007.
- SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. New York: Knopf, 1993.
- SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Random House, 1978.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Deslocalizar a Europa: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2005.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Portugal não é um país pequeno: contar o império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 66, jul. 2003. p. 23-52.
- SOUSA SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SPINELLI, Altiero; ROSSI, Ernesto. *Il manifesto di Ventotene*. Pref. De Eugenio Colorni. [S. l.: s. n.], 1941. Disponível em: <https://www.istitutospinelli.it/il-manifesto-di-ventotene-in-tutte-le-lingue-dellue/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SPIVAK, Gayatri. *A Critique of Post-Colonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SPIVAK, Gayatri. *Death of a Discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.

SPIVAK, Gayatri; GUHA, Ranajit (org.). *Selected Subaltern Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

STEINER, George. *The Idea of Europe*. Washington, DC: Nexus Institute, 2004.

TYMOCZKO, Maria. *The Irish Ulysses*. Berkeley: University of California Press, 1994.

UNIVERSITÄT WIEN. *Kakanien Revisited*. Wien, 31 Okt. 2009. Disponível em: <https://www.kakanien-revisited.at/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

WReC. *Combined and Uneven Development: Towards a New Theory of World-Literature*. Liverpool: Liverpool University Press, 2015.